

Falta de água é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa

Qua 28 janeiro

A falta de água em Minas Gerais foi pauta de uma audiência pública realizada hoje na Assembleia Legislativa. Na ocasião, foram aprovados requerimentos estabelecendo medidas emergenciais para reduzir o desperdício e racionalizar o consumo. Técnicos da Copasa convocados para a reunião classificaram a situação dos reservatórios como “crítica”. De acordo com eles, a situação já era prevista há alguns anos.

O ex-presidente da Copasa, Ricardo Simões, foi convocado, mas não compareceu à reunião. Entre os requerimentos aprovados, há o que prevê a criação de uma comissão permanente das águas e de fiscalização pelo Ministério do Meio Ambiente das atividades minerárias na Região Metropolitana de Belo Horizonte. “A política adotada pela nova diretoria da Copasa que assumiu no dia 16 é de transparência. Estamos levando à população a realidade da situação, que está crítica. Não vamos conseguir resolver a curto prazo. Isso deveria ter sido feito há anos atrás”, declarou o vice-presidente da Copasa, Antônio César Miranda. “O plano de contingência será adotado e o governador Fernando Pimentel está buscando apoio da União para que o trabalho tenha início o quanto antes”, disse.

O diretor de operações metropolitano da [Copasa](#), Rômulo Perilli, alertou para uma situação de colapso caso o índice pluviométrico de 2014 se mantenha esse ano. “Caso isso ocorra, o sistema Paraopeba será totalmente esvaziado até julho ou agosto”. As medidas contingenciais abarcam redução de consumo de 30% e, caso o índice não seja alcançado, podem ser implantados racionamento, rodízio ou sobretaxas. Uma equipe de fiscalização também vai às ruas evitar o desperdício, que chega a 40%. “Essas informações sempre foram de ciência da empresa”, declarou Perilli.